



**Secretaria da Segurança Pública**  
**Polícia Civil do Estado de São Paulo**  
**Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania - DPPC**  
**Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos - DPCRD**  
**Serviço Técnico de Produtos Químicos**

**ALVARÁ PARA PRODUTOS QUÍMICOS CONTROLADOS**  
**COMÉRCIO**

**Ano:** 2020.

**Alvará N.º:** 1.601 / 20

**Empresa:** MAPRIC PRODUTOS FARMACOCOSMÉTICOS LTDA

**Sito:** AV. DR. GENTIL DE MOURA Nº. 194 - IPIRANGA-SÃO PAULO

**C.N.P.J.:** 54.470.604/0001-20      **Representante:** LUIZI HIRATA

A empresa supra mencionada, de acordo com o que requereu, e após o pagamento das taxas devidas por lei, tem permissão desta Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos para funcionar no corrente exercício, sujeitando-se às disposições da Lei Estadual nº 15.266, de 20 de dezembro de 2013, do Decreto Estadual nº 6.911, de 19 de janeiro de 1935 e Decreto Federal nº 1.030, de 30 de Setembro de 2.019, e demais normas inerentes em vigor.

**O PRESENTE ALVARÁ DEVERÁ SER RENOVADO ATÉ O ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS DE FEVEREIRO DO EXERCÍCIO SEGUINTE, CONFORME ARTIGO 10 DA LEI ESTADUAL 15.266, DE 20/12/2013.**

São Paulo, 13 de fevereiro de 2020

*Euclides Furtado Rodrigues*  
Escritório de Polícia - Chefe

**MAURO FACHINI CIFERRI**  
Delegado de Polícia Titular do  
Serviço Técnico de Produtos Químicos

**O PORTADOR DESTA LICENÇA OBRIGA-SE:**

- 1 - Observar e cumprir rigorosamente o disposto no Decreto Estadual n.º 6.911/35 e no Decreto Federal n.º 1030/19, e legislação correlata.
- 2 - Comunicar imediatamente ao Órgão fiscalizador quando houver quaisquer alterações da razão social, dados cadastrais, local vistoriado, encerramento das atividades com produtos controlados ou qualquer outro evento de relevância.
- 3 - Esta licença é válida apenas para os produtos controlados de categoria 6-SSP/SP/Polícia Civil-DOE de 09/08/03, e que estejam relacionados no "Certificado de Vistoria" da DPCRD/DPPC. Para produtos controlados e fiscalizados pelo Exército Brasileiro e pelo Dpto. da Polícia Federal, os licenciamentos deverão ser providenciados, conforme a legislação em vigor, nos referidos Órgãos Públicos.

2226